

Bom senso no Clube de Paris

ESTADO DE SÃO PAULO

O Clube de Paris, que reúne os credores oficiais, já havia concedido um waiver (dispensa de cumprimento de uma cláusula de acordo) ao Brasil, por não ter este ainda revitalizado o crédito stand-by com o Fundo Monetário Internacional (FMI), conforme o previsto. Um novo waiver acaba de ser decidido, segundo se anunciou na semana passada, depois de reunião de representantes de 13 países. O atendimento a outras condições fixadas em 1992 foi considerado suficiente.

O acordo negociado com os governos prevê o reescalonamento de compromissos no valor de US\$ 13,5 bilhões. A nova concessão difere da anterior quanto a um aspecto: desta vez, não se fixou uma data-limite para que o governo brasileiro tome as medidas necessárias para o enquadramento nas normas do organismo.

Isso pode significar a crença do Clube de Paris na breve regularização das relações do Brasil com o FMI ou ainda que o mesmo Clube se reserva o direito de suspender, quando bem entender, a sua liberalidade. De qualquer maneira, cumpre salientar a importância da decisão dos credores oficiais estrangeiros no seu relacionamento com o País.

Convém lembrar, em primeiro lugar, que das reuniões mensais do Clube de Paris participam os representantes do FMI e do Banco Mundial, cuja opinião é sempre levada em conta pelos países-membros.

Sem dúvida, os representantes dos organismos internacionais, mais bem informados do que os diversos governos nacionais, souberam explicar as dificuldades que enfrentamos, indicando, ao mesmo tempo, que, se o novo ministro da Fazenda conseguir algo no que tange ao controle do défi-

cit público, será possível encontrar uma solução para revitalização ou assinatura de novo acordo com o Brasil.

Impõe-se acrescentar que, se os representantes dos governos que integram o Clube de Paris vierem a aceitar tal tese, aqueles que os representam na junta diretora do FMI dificilmente adotarão atitude diferente. Isso, naturalmente, depende da forma de condução da política econômica brasileira nos próximos meses.

No entanto, o argumento decisivo para convencer os membros do Clube de Paris foi o de que o nosso País vem respeitando religiosamente seus compromissos, pagando regularmente suas prestações. Efetivamente, sempre insistimos, nesta coluna sobre o fato de não poder o Brasil acumular nenhum atraso com os organismos oficiais, o que ocorreu no passado com o Clube de Paris, tornando muito mais delicadas as negociações.

Evitando tais atrasos, conseguimos aliás não somente um reescalonamento da nossa dívida como também a volta de empréstimos de longo prazo e juros baixos para financiar o nosso desenvolvimento.

O Clube de Paris tomou consciência, também, de que a suspensão do acordo assinado com o Brasil somente poderia complicar a situação da nossa economia, não sendo este o momento para agravar o déficit público, quando o novo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, se engaja em séria luta para atenuá-lo.

Tal suspensão tornaria também ainda difícil o fechamento dos entendimentos com os bancos privados, que têm pressa em concluir um acordo com o Brasil, o único país, entre os devedores importantes, ainda não enquadrado no Plano Brady.